

## ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO: OS MILITARES E A POLÍTICA EM MATO GROSSO (1889-1932)\*

*FERREIRA, Bruno Torquato Silva\*\**

Tendo se constituído, enquanto entidade política, na condição de antemural dos domínios coloniais portugueses e, posteriormente, do Brasil, Mato Grosso desde os seus princípios contou com significativa presença militar nos seus quadros populacionais<sup>1</sup>. Tratava-se de um amplo território a ser incorporado e defendido face aos vizinhos de origem castelhana e mesmo aos povos indígenas. Os principais núcleos habitacionais estavam localizados na porção centro-noroeste da região e tinham como principal fator de atração populacional a extração aurífera e posteriormente diamantífera. Não coincidentemente todo o esquema defensivo montado em Mato Grosso privilegiou, sobretudo, o bloqueio do acesso “estrangeiro” àquela importante porção territorial.

Entretanto, a vastidão do território conjugada com a precariedade dos transportes e com baixíssimos índices demográficos dificultaram consideravelmente as suas possibilidades de proteção. Não é surpreendente que as questões defensivas tenham se tornado prioritárias no âmbito da atribuição dos dirigentes locais. Nesse sentido, veio da época colonial o costume de organizar corpos militares, como fortes, fortins, presídios e colônias militares, em localidades fronteiriças ou ribeirinhas – em função da acessibilidade aos pontos potencialmente conflituosos – como era o caso de Cuiabá, Cáceres (ou Vila Maria), Vila Bela e Corumbá (ou Albuquerque) e, mais tarde, Dourados, Nioaque, Miranda, Bela Vista e Ponta Porã. De fato, o surgimento de muitos núcleos populacionais tem origem em concentrações militares.

Veio também da época colonial o hábito de nomear, para a ocupação dos cargos de direção administrativa e também política, oficiais pertencentes às forças militares de primeira linha. Esse costume, com poucas embora significativas exceções, se perpetuou na época monárquica, sobretudo após o fim do conflito contra a república do Paraguai (1864-1870). Por essa razão, pode-se afirmar que os militares alcançaram significativa projeção social, o que, eventualmente, também redundou em projeção política. Destarte, desde a

---

\* Este artigo se origina do projeto de pesquisa apresentado junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná no segundo semestre de 2009.

\*\* Concluí curso de Mestrado em História na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano DE 2009. Atualmente sou aluno do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Meu e-mail: [brunotferreira@ig.com.br](mailto:brunotferreira@ig.com.br).

<sup>1</sup> Sobre isto veja VOLPATO (1987) e PERARO (2001).

promulgação do Ato Adicional em 1834, não foi incomum a eleição de oficiais militares para a ocupação de vagas de deputação na Assembleia Provincial<sup>2</sup>. Mesmo antes disso, bem como depois, foi razoável o número de militares eleitos para os cargos de representação da longínqua província nas duas câmaras do legislativo brasileiro<sup>3</sup>.

Nesse sentido, há fortes indícios de que as elites econômicas locais mantinham extraordinária proximidade com os militares, sobretudo com os oficiais de primeira linha (PERARO, 2001, p. 150)<sup>4</sup>. Essa proximidade, para além das vinculações estritamente políticas, se materializava na efetivação de laços familiares que passavam pelo compadrio e chegavam a incluir o matrimônio. Dado esse quadro geral, não deve surpreender que muitos indivíduos que alcançaram prestígio na sociedade mato-grossense, fosse esta ou não derivada de projeção política, tinham algum tipo de vinculação com oficiais do Exército ou da Armada, quando não eram eles mesmos militares (PERARO, 2001, p. 181)<sup>5</sup>.

Um outro fator importante pode ser indicado como contribuinte para o prestígio social dos militares na sociedade mato-grossense: a região, durante o século XIX, apresentou saldos financeiros deficitários nas suas trocas comerciais externas, o que a colocou, conseqüentemente, na dependência de subvenções do governo central. É razoável concluir que os representantes do poder público desfrutassem de alguma consideração por parte dos habitantes, ainda mais no caso dos profissionais das armas, em se tratando de uma região onde os gastos militares ultrapassavam os demais com larga vantagem<sup>6</sup>. Inclusive, alguns autores reconhecem nos gastos militares em Mato Grosso um dos fatores dinamizadores da sua economia (BORGES, 2001, p. 170).

Partindo dessas constatações sociais e estruturais pretendo, através do presente texto, apresentar e discutir os condicionamentos sociais, institucionais e econômicos que balizaram a atuação política dos militares (basicamente oficiais do Exército e da Armada) nos anos iniciais da República no antigo Estado de Mato Grosso. Para tanto, será necessário

---

<sup>2</sup> Sobre isso veja, sobretudo, MENDONÇA (1974).

<sup>3</sup> Sobre isso há indicações nas seguintes obras de PONCE FILHO (1952), CORRÊA FILHO (1969) e MENDONÇA (1919).

<sup>4</sup> Em dada altura a autora parece sugerir que a noção de elite na sociedade mato-grossense esteve intimamente vinculada a ocupação de cargos públicos.

<sup>5</sup> A autora, que pesquisou junto aos documentos paroquiais da região de Cuiabá relativos ao período compreendido entre o final do século XVIII e o final do século XIX, aponta para o fato de que muitas famílias cuiabanas escolhiam militares como padrinhos de seus filhos. Contudo, é importante destacar que ela não fez rigorosa diferenciação entre militares de primeira linha (os profissionais do Exército e da Marinha) e os milicianos (membros de milícias como a Guarda Nacional).

<sup>6</sup> De fato, os gastos militares eram avultados para os padrões locais. Borges aponta que na década de 1870 as autoridades provinciais desviaram valores destinados ao pagamento de funcionários para a compra de armas (BORGES, 2001, p. 134).

efetuar uma pequena revisão crítica da historiografia política produzida sobre o período conhecido como Primeira República ou República Velha por intelectuais e memorialistas ligados ao Instituto Histórico Mato-Grossense e também da historiografia acadêmica produzida nos últimos anos em relação ao mesmo período. Ressalte-se que esse esforço ensaístico visa apresentar uma contribuição para a elaboração de um modelo interpretativo das relações civil-militares num espaço politicamente periférico, como era o caso de Mato Grosso nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX.

### ***Os militares e a política no Brasil***

Entender a atuação política dos militares, leia-se oficiais do Exército brasileiro, tem sido o objetivo de uma parcela do meio acadêmico desde, pelo menos, o início do regime militar de 1964-1985<sup>7</sup>. A partir dessa época vêm surgindo propostas interpretativas dos mais variados matizes, tendo se sobressaído as presentes nos trabalhos de José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1975) e Edmundo Campos Coelho (COELHO, 2000)<sup>8</sup>. Estes dois estudos seminais iniciaram, nos meios acadêmicos brasileiros, os debates em torno das questões atinentes às relações civil-militares na história política brasileira. Sua importância e inovação se relacionam às formulações analíticas apresentadas e aos procedimentos de investigação conduzidos, uma vez que procuravam fundamentar seus estudos na crítica à documentação produzida pelos próprios organismos militares, jornais e revistas civis e militares além das fartas entrevistas, memórias e biografias de militares<sup>9</sup>.

Fora isso, qual a novidade trazida por eles? Em ambos, existe a preocupação de demonstrar que as instituições militares – como qualquer outra coletividade – embora não possam ter o seu desenvolvimento apartado do meio circundante, isto é a sociedade em geral, estão também sujeitas a condicionamentos organizacionais. Ou seja, as instituições militares também se comportam de acordo com as suas próprias necessidades, que em algumas ocasiões podem conflitar com os interesses verificados na sociedade civil, ou mesmo nos grupos politicamente hegemônicos.

Nesse sentido, os autores em questão procuraram demonstrar como as carências organizacionais e profissionais foram importantes na formulação de concepções políticas pela oficialidade brasileira; fugindo, dessa forma, às generalizações que em pouca coisa se revelam

---

<sup>7</sup> Embora se deva reconhecer que na década de 1930 iniciaram-se os primeiros esforços intelectuais nesse sentido. Entre estes se destacaram os de Virgínio Santa Rosa com o seu célebre e já um tanto escaldado *O Sentido do Tenentismo*, publicado originalmente em 1933 (SANTA ROSA, 1976).

<sup>8</sup> Publicado originalmente em 1976.

<sup>9</sup> Nesse particular abundam as dos oficiais.

úteis para a compreensão do processo político brasileiro. Desvencilhando-se de pré-conceitos na caracterização dessa categoria profissional, indicados pelo uso de expressões como *autoritário*, *progressista* ou *caudilhismo* os autores demonstraram o quanto eles são contraditórios e pouco explicativos<sup>10</sup>. Sendo inclusive relativizada a clássica abordagem que aponta a atuação política dos militares como típica das classes médias urbanas<sup>11</sup>. Desse modo, a perspectiva instrumental com que era interpretada a atuação política dos militares ou mesmo das organizações militares cedeu espaço para leituras que passaram a considerar as injunções políticas intra-institucionais e os seus reflexos nas relações civil-militares<sup>12</sup>.

É importante destacar que os estudiosos brasileiros supracitados tiveram trajetórias acadêmicas muito semelhantes, pois ambos fizeram cursos de pós-graduação em universidades norte-americanas<sup>13</sup> e, certamente, sofreram marcantes influências dos debates acadêmicos referentes à interpretação dos fenômenos típicos das organizações burocráticas<sup>14</sup>. Contudo, os autores brasilianistas, que passaram a desembarcar em terras brasileiras a partir da década de 1960, foram os primeiros a incluir as preocupações com as especificidades organizacionais das instituições, em particular das forças armadas, na agenda dos debates acadêmicos em torno das discussões sobre os problemas relacionados ao intervencionismo militar no sistema político brasileiro.

Trouxeram na bagagem um substancial repertório de discussões em torno das relações civil-militares na sociedade norte-americana. Os anos posteriores ao final da Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos evidenciaram a ascensão e a projeção dos militares e seus organismos burocráticos no sistema político daquele país. Esta constatação motivou uma série de pensadores, entre os quais se destacaram Samuel P. Huntington (HUNTINGTON, 1996) e Morris Janowitz (JANOWITZ, 1967), a propor explicações a respeito do sentido político das intervenções militares, sobretudo em regimes liberais e democráticos. Esses estudos em geral se filiam teórica e metodologicamente aos apontamentos feitos por Alfred Vagts, sociólogo alemão radicado nos Estados Unidos, em obra publicada originalmente em 1937 (VAGTS, 1959).

---

<sup>10</sup> Veja-se, por exemplo, a crítica feita por Edmundo Campos Coelho à chamada concepção instrumental do Exército brasileiro na introdução do seu estudo (COELHO, 2000, pp. 31-45).

<sup>11</sup> Sobre isto em SODRÉ (1979) e CARONE (1972), além do próprio SANTA ROSA.

<sup>12</sup> Sobre isto vale conferir os excelentes debates conduzidos por Edmundo Campos Coelho na Introdução do seu *Em Busca de Identidade...* e PEIXOTO (1980, pp. 27-42).

<sup>13</sup> Edmundo Campos Coelho cursou mestrado em sociologia na University of Califórnia-Los Angeles (UCLA) e José Murilo de Carvalho fez sua pós-graduação (em nível de mestrado e doutorado) na Stanford University.

<sup>14</sup> Essas influências são bastante evidentes em obras como CARVALHO (1966).

O sociólogo americano Alfred Stepan, por sua vez, foi pioneiro interprete do comportamento político do oficialato do Exército brasileiro nos anos imediatamente posteriores ao advento do Regime Militar (STEPAN, 1975)<sup>15</sup>. Em seu trabalho preocupou-se em investigar de que forma os aspectos organizacionais do Exército, tais como a orientação nacional da formação dos militares, os efetivos, as origens sociais e regionais, a organização interna e sua distribuição pelo território brasileiro favoreciam ou não a explosão de insatisfações e radicalismos em seus componentes.

O estudo apresentado por John Schulz, surgido originalmente como tese de doutorado, também alcançou grande notoriedade (SCHULZ, 1994)<sup>16</sup>. Desta vez o objetivo era o de reconstituir historicamente os passos que levaram à radicalização da jovem oficialidade formada pela Escola Militar da Corte nos anos finais do Império, que resultou na sua própria derrubada. Procedimentos semelhantes aos desenvolvidos no trabalho de Stepan são observados nesse trabalho: análises do processo de socialização interna, investigação sobre as experiências vivenciadas pelas diferentes gerações de oficiais em conflitos externos e internos, as articulações com o meio civil, entre outros.

Como é possível observar, todos os estudos que não tem o regime militar como objeto de análise principal, procuram ao menos indicar a genealogia do intervencionismo militar brasileiro que redundou naquele evento. Há, no tocante às interpretações do papel histórico-político representado pelos militares no Brasil, um antagonismo teórico entre a concepção instrumental, cara aos analistas políticos de viés esquerdista e nacionalista, e a abordagem institucional organizacional, representada por estudiosos que passaram por universidades americanas, e revelam consistentes influências weberianas.

Ora, como já demonstrou Antonio Carlos Peixoto, ambos modelos interpretativos apresentam limitações analíticas. Se a concepção instrumental não permite ir além de procurar os motivos das ações dos militares na identificação dos “interesses sociais imediatamente favorecidos pela instituição deles”, deixando escapar a “dinâmica específica da instituição, assim como a realidade do poder” (PEIXOTO, 1980, p. 27); a concepção institucional organizacional peca ao presumir um “racha radical entre as Forças Armadas e o resto da sociedade, ensejando a percepção do fenômeno militar como “manifestação puramente imanente”, como se as causas das intervenções políticas dos militares só pudessem ser encontradas das portas dos quartéis para dentro (PEIXOTO, 1980, p. 30).

---

<sup>15</sup> Originalmente publicado em 1971 como tese de doutorado sob o título *The Military in Politics*.

<sup>16</sup> Publicado em 1973 sob o título *The Brazilian Army and politics, 1850-1894*. Uma versão resumida deste trabalho encontra-se em HOLANDA (1971. t. 2, v. 4).

De fato, o grupo conhecido como *militares*, longe de se constituir enquanto um grupo fechado sobre si mesmo sofre recorrentes pressões exercidas pela sociedade embora tenha historicamente desenvolvido certas características institucionais próprias como valores, percepção do sentido e do conteúdo da sua missão, tipo de formação profissional e “natureza” do relacionamento com os outros agentes presentes na sociedade (PEIXOTO, 1980, p. 30). Vale mencionar, entretanto, que a constituição histórica dessas características em seu conjunto foi efetuada num mosaico experiencial e interacional que podem levar à convergência e à entre civis e militares (PEIXOTO, 1980, p. 32).

Há, por outro lado, uma convergência entre essas duas correntes no tocante ao reconhecimento de que o momento histórico chave da instituição do que se pode chamar de uma identidade corporativa militar no Brasil foi a Primeira República (1889-1930). Não se pode negar que o conflito contra o Paraguai (1864-1870) abriu as comportas do sistema político brasileiro para a emergência de uma série de manifestações de grupos subalternos da oficialidade contra a realidade política e social brasileira no quarto final do século XIX, revelando assim uma profunda alteração estrutural na composição do próprio Exército (SODRÉ, 1979, p. 143), mas os indícios sobre a Primeira República apontam para o fato de que houve um esforço pontual por parte dos dirigentes da corporação militar terrestre no sentido de criar um conjunto de normas formais e até informais para moldar o comportamento do oficialato estabelecendo critérios regulativos para o relacionamento com os civis. Mas não apenas isto: com a República tornou-se progressiva e crescente, entre os oficiais, a crença na “deterioração da ordem civil e na superioridade moral da ordem militar”. Os valores típicos da caserna sofreram uma inédita valorização. Em outras palavras, aproveitando instrumentais analíticos *bourdieunianos*, tratou-se de um processo de afirmação do estigma e de inversão dos pólos valorativos a que estiveram submetidos os militares durante a época monárquica (COELHO, 2000, p. 79).

Contudo, é importante mencionar que esse processo não se fez acompanhar inicialmente da criação de instituições, valores, ideais e de perspectivas propriamente profissionais. De fato, nas décadas iniciais do novo regime é observável um processo de degenerescência dos quadros hierárquicos da instituição, além de baixos níveis de consciência profissional. Um dos principais fatores dessa falta de coesão institucional se revela quando comparamos os protótipos de carreira do oficialato disponíveis no mercado simbólico da

corporação militar terrestre, basicamente representados pelos epítomes tarimbeiro e científico<sup>17</sup>.

Para este caso Coelho constata a ausência de liderança institucional, definida enquanto grupo ocupante do topo da hierarquia que leva em conta o futuro da organização, avalia os altos custos do oportunismo e provê os valores que transformem a organização em instituição na consciência de seus membros (COELHO, 2000, p. 79):

Neste sentido é que os militares se tornaram políticos. Apossaram-se da administração de dez estados e muitos tomaram assento no parlamento. Registrou uma testemunha da época que ‘na imprensa da capital e dos estados [os militares] exerceram a crítica sobre os atos políticos do governo; o Clube Militar criou delegações suas pelos estados, onde se organizaram corpos semelhantes e dirigidos pela mesma orientação de onde saía a palavra do Exército sobre os fatos de maior importância do país (COELHO, 2000, p. 81).

Era a plena vigência da *doutrina do soldado cidadão*, gestada durante a chamada *Questão Militar* e colocada em prática quando o grupo de oficiais articulados em torno de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor da Escola Militar do Rio de Janeiro, alcançou o poder no início da República. O oportunismo dos militares grassou: aumentos nos soldos, promoções e reformas de militares, fiéis u não ao regime monárquicos, por motivos políticos (COELHO, 2000, p. 81). A própria Constituição republicana de 1891, no seu 14º artigo, manifestava esse oportunismo ao prescrever a obediência das Forças Armadas apenas “dentro dos limites da lei”, embora fossem obrigadas a “sustentar as instituições constitucionais” (COELHO, 2000, p. 81).

Do etno-historiador Anthony F. C. Wallace o historiador americano Frank McCann incorporou as categorias analíticas *política dos apetites* e *política da identidade* para se referir aos dois pólos que basilaram a conduta política da oficialidade brasileira nos 30 primeiros anos da República (McCANN, 2007, p. 17). A primeira se refere às ações dos próprios militares naqueles anos iniciais do novo regime, pois, quando o Império foi derrubado, “os oficiais e seus aliados civis republicanos quiseram tomar o poder em um sistema social e econômico essencialmente intacto para nele exercer influência; desejaram mudar a fachada política, mas não as estruturas básicas”, evitando, por exemplo, “expandir e difundir os dois requisitos da participação política efetiva dos cidadãos: a educação pública e o direito de voto” (McCANN, 2007, pp. 17-18). Sua política foi, portanto, dos apetites e, por sua tonalidade clientelística, contribui para a manutenção do *status quo*.

---

<sup>17</sup> A primeira designa pejorativamente os oficiais sem formação superior ou sem o “refinamento intelectual” proporcionado pelos institutos militares superiores de educação em oposição aos segundos, que deviam os seus postos aos méritos intelectuais e à formação superior, sobretudo em engenharia (CARVALHO, 2005, p. 25).

A segunda se referiria aos movimentos sociais e suas reivindicações que poderiam colocar em xeque a dominação oligárquica, contra as quais o Exército, de uma maneira geral, sempre se posicionou em nome da manutenção da ordem republicana e dos princípios do progresso e da civilização: aí residiria, portanto, o grande caráter instrumental das organizações armadas brasileiras nesse período.

### ***As relações civil-militares em Mato Grosso no início da República***

Como vimos os militares, leia-se oficiais do Exército e da Armada – abstraindo-se aqui as significações que aquela substantivação teve no decorrer do século XIX<sup>18</sup> – envolveram-se intensamente no processo político mato-grossense desde a constituição da região enquanto entidade político-institucional. Contudo, as abordagens historiográficas, salvo exceções, tem tratado o intervencionismo militar como elemento coadjuvante ou mesmo secundário da luta pelo poder na região.

A década de 1890, como já foi mencionado, foi marcada por forte ebulição nos meios militares em todo o Brasil. Se é verdade que já possuíam razoável projeção política em Mato Grosso durante o Império, com a República – que muitos consideravam uma obra concluída por empenho exclusivo dos militares – a sua atuação se tornou decisiva, até porque a radicalização dos posicionamentos políticos foi intensificada pelas disputas em torno da legitimidade dos grupos que pretendiam monopolizar o poder em nível local.

Os militares estavam no centro da política e em Mato Grosso seguiam os passos dos demais membros da corporação em todo o país. Desse modo, em janeiro de 1890, portanto pouco mais de um mês após a chegada da notícia sobre o novo regime, a oficialidade da guarnição mato-grossense instalava em Cuiabá, uma sociedade denominada *Club Militar Benjamin Constant*, composta por “oficiais ativos, reformados e honorários do exército” sob a presidência do próprio general Antonio Maria Coelho e supervisão do então capitão Caetano Albuquerque (Mendonça, 1919, p. 70). Aparentemente estavam cômicos de sua importância para a nação e imbuídos da convicção de que deveriam intervir com maior decisão na definição dos seus rumos, embora esteja claro que as suas intervenções não eram efetuadas independentemente de acertos com lideranças políticas civis, como esclarece a dinâmica das disputas políticas na região.

Assim, pois, a historiografia tradicional (ou memorialista) registra as primeiras ações políticas dos militares, no alvorecer do regime republicano, como um ato de revanche

---

<sup>18</sup> Sobre as implicações políticas do processo de profissionalização do corpo de oficiais dos exércitos ocidentais no século XIX ver HUNTINGTON.



perpetrado pelo general Antonio Maria Coelho e seu entourage militar, afinal o velho militar havia sido preterido em seu desejo de figurar em uma das vagas para a lista tríplice para concorrer ao Senado do Império pelo Partido Liberal, por influência de Generoso Ponce e seus aliados.

Fora indicado pelo chefe do governo provisório para a direção política da antiga Província, contrariando, portanto, a orientação política até então dominante na Província, dominada pelo Partido Liberal. Contava com um “ambiente propício para [uma] administração fecunda” e com a “boa vontade geral”, representada pelo apoio e prestabilidade de ex-conservadores e ex-liberais (PONCE FILHO, 1952, p. 65), revelou-se um “Deodoro em miniatura”, pois, não obstante as qualidades pessoais que também nobilitaram o chefe nacional (“ímpeto nos gestos, o mesmo coração capaz de atos generosos, bravura semelhante”), manifestava “grande inclinação a deixar-se levar pela amizade”, revelando-se, portanto, um mau político, até porque “tendo vivido entre a caserna e o sertão, onde se fizera respeitado e estimado, não consta que pretendesse jamais a posição que a fortuna o guindara” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 581). Sabia o seu lugar até que a fortuna brindou o homem errado com a posição errada.

Habilmente arrastado para o “vendaval das paixões políticas”, o bom caráter do herói da retomada de Corumbá não teria sido suficiente para evitar as más influências, sobretudo porque se encontrava ressentido com os seus antigos correligionários liberais e havia sido cooptado pelos antigos conservadores, alijados do poder nos últimos governos do Império. Sobrevém a decepção e com ela a oposição dos antigos liberais, dos “espíritos moderados” entre os “poucos republicanos históricos” e também dos “próprios ex-conservadores, que não vêem com agrado o esboçar de tais lutas” (PONCE FILHO, 1952, p. 70).

Em resposta à oposição segue-se a repressão pelo governo dirigido pelo general: ameaças, prisões, censuras, “derrubadas” de funcionários fizeram parte do repertório do seu governo, embora também tenham feito parte dos repertórios dos governos que o precederam e dos que o sucederam. Foi o início de uma crise que redundou na deposição desse primeiro governo por influência de políticos opositores que residiam na capital federal e lograram exercer influência junto ao generalíssimo.

Seguiu-se o governo de outros dois militares – do coronel Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro (fevereiro-março de 1891) e do coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet (abril-junho de 1891) – que parecem não terem sido capazes de pacificar os ânimos no Estado, mantendo-se o quadro de deslegitimação recíproca entre os dois grupos que se

opunham: basicamente ex-liberais contra ex-conservadores, estes últimos aparentemente contando com o apoio da oficialidade aquartelada na região. No entanto, os antigos liberais, agora organizados no Partido Republicano, contavam com o apoio do governo central, o que lhes possibilitou o controle da máquina estatal, além do reconhecimento formal da constituição promulgada em agosto de 1891 pelos deputados constituintes vinculados à sua agremiação.

Após a promulgação a Assembleia Constituinte elegeu o magistrado Manoel José Murtinho (irmão de Joaquim Murtinho) para a presidência do Estado. Foi apeado do poder antes mesmo do primeiro ano de seu governo chegar ao fim. A oposição tinha ligações com os oficiais comandantes das forças militares estacionadas em Cuiabá, Corumbá, Nioaque e Miranda, mas os fundamentos mais imediatos da reação da insatisfeita oposição contra a “normalidade constitucional” no Estado podem residir no apoio dado por Manuel Murtinho à dissolução do Congresso Nacional pela presidência da República, ainda nas mãos de Deodoro da Fonseca, pois a forte oposição a sua medida na própria capital federal o levou a solicitar renúncia, assumindo então o vice-presidente, o também marechal Floriano Peixoto (PONCE FILHO, 1952, p. 85).

De posse do governo, Floriano orquestrou uma série de expurgos dos chefes dos executivos estaduais que haviam apoiado o golpe de Deodoro da Fonseca. Em muitos casos essas deposições contaram com intensa participação da oficialidade do Exército radicada nos Estados. Em Mato Grosso, a oposição, agremiada em torno do Partido Republicano Nacional – fundada por ação direta de Antonio Maria Coelho, ainda na vigência do seu governo provisório –, mantinha por isso fortes vínculos com a oficialidade do Exército. Com efeito, o apoio de Manoel Murtinho ao golpe de Deodoro pode ter oferecido justificativa para as ações mais firmes dos opositores do situacionismo mato-grossense.

Percebendo o estado de ânimo no interior da tropa, Generoso Ponce parece ter tentado intervir na nomeação de oficiais para evitar que os postos chave da estrutura administrativa do Exército na região caíssem nas mãos de pessoas hostis ao situacionismo local. Havia, por exemplo, grande receio de que Antonio Maria Coelho fosse nomeado comandante do 7º Distrito Militar. A possibilidade da nomeação do coronel João da Silva Barbosa para o comando do 7º Regimento de Cavalaria, acantonado na cidade de Nioaque, também gerava apreensão no caudilho mato-grossense:

Um telegrama que ontem recebi do Azeredo desmente a notícia quanto à nomeação do general Antonio Maria, mas o Diário Oficial de 9 de Dezembro, confirma, infelizmente, a transferência do cel. Barbosa para o 7º Regimento, o que é uma verdadeira calamidade para os nossos amigos de Nioaque, e um constante perigo para a política deste Estado,

pois sendo o cel. Barbosa bastante antigo, na falta do comandante do distrito terá ele de assumir o comando. O meu bom amigo, portanto, que tão assinalados serviços tem prestado a Mato Grosso, não há de consentir decerto que vingue uma tal transferência (PONCE FILHO, 1952, pp. 85-86).

Portanto, as lideranças políticas mato-grossenses se mostravam bastante inteiradas a respeito do funcionamento dos critérios administrativos que norteavam a estrutura militar, bem como dos próprios posicionamentos políticos da oficialidade do Exército. Naquele contexto crítico (1892), como nos que se seguiram nas recorrentes explosões de violência marcantes nas disputas pelo poder na região, o apoio ou mesmo a neutralidade do componente militar poderia significar a vitória do situacionismo.

Em 1892, a oposição parecia contar com o apoio de praticamente toda a oficialidade do Exército em Mato Grosso. Só não teve o apoio do Governo Federal, dada a participação de Antonio Maria Coelho no chamado *Manifesto dos Treze Generais* e nas atividades conspiratórias contrárias a Floriano Peixoto<sup>19</sup>. A falta de apoio do vice-presidente ao movimento sedicioso desencadeado pela oficialidade do 7º Distrito Militar foi fatal para o seu sucesso.

Os militares sublevados iniciaram o seu movimento na cidade de Corumbá, depondo o comandante do Distrito e substituindo as autoridades municipais. Montaram uma expedição militar com destino à Cuiabá e quando lá chegaram, ocupando a capital, trataram de depor Manoel Murinho, o “presidente de fato”, substituindo-o por uma junta governativa.

Desse movimento participaram inicialmente todas as unidades militares aquarteladas no Estado: 8º, 19º e 21º batalhões de infantaria, o 2º de artilharia e o 7º Regimento de Cavalaria, sobressaindo-se, entre a alta oficialidade, além do coronel Barbosa, os majores Aníbal da Mota, sobrinho de Coelho, e Caetano de Albuquerque<sup>20</sup>. Entretanto, houve também defecções, sobretudo quando foi impedida a passagem do general Ewbank do forte de Coimbra em direção a Corumbá para assumir o comando do 7º Distrito Militar por

---

<sup>19</sup> Tratou-se de um manifesto contrário a deposição dos governantes estaduais pela ação dos aliados de Floriano nos Estados. A contradição entre a presença de Coelho entre estes manifestantes e o seu golpismo no plano mato-grossense não deixou de ser percebida por Generoso Ponce Filho, para quem a “renúncia de Deodoro e a ascensão de Floriano, entra no movimento militar em Mato Grosso como Pilatos no Credo” e, portanto, as ações dos opositoristas restringiam-se à “política local”. Contudo, esqueceu-se de informar que o movimento sedicioso em Mato Grosso foi iniciado pelo menos um mês antes da divulgação do referido manifesto. Ver PONCE FILHO (1952, pp. 86-87), MENDONÇA (1919, pp. 87-88) e DONATO (1996, p. 136). Por outro lado, é também possível que a nomeação do general Luiz Henrique de Oliveira Ewbank por Floriano para o comando do 7º Distrito Militar tenha causado descontentamento entre os militares opositoristas do Estado, que já deviam estar encaminhando a algum tempo o movimento sedicioso.

<sup>20</sup> Há indícios de que oficiais da Armada, como o comandante da Flotilha do Estado, Manuel Augusto Castro Menezes, e o capitão-tenente Francisco José Vieira também tomaram parte nesse movimento ao lado de Aníbal da Mota (PONCE FILHO, 1952, p. 87).

ordem do Ministério da Guerra, quando foi aventada a proposta de criação do Estado Livre de Mato Grosso ou República Transatlântica (PONCE FILHO, 1952, pp. 91-94; CORRÊA FILHO, 1969, p. 618).

Há indícios de que os desertores do movimento fossem oficiais nativos. Em todo caso foram o capitão Antonio Velasco, os tenentes Antonio Manoel Martins Filho e Urbano Vieira da Silva França e os alferes Vicente Rabello Leite Sobrinho e João Gomes Monteiro (PONCE FILHO, 1952, p. 93)<sup>21</sup>. Além destes, o próprio comandante do 19º Batalhão de Infantaria, de Cáceres, o major Antonio Tupy Ferreira Caldas, também passou a se manifestar contrariamente ao encaminhamento dado ao movimento pelo coronel Barbosa, vindo posteriormente a juntar-se ao pequeno exército de “mais de 1.500 homens” arregimentado “em pouco tempo” por Generoso Ponce nos municípios vizinhos à Cuiabá (PONCE FILHO, 1952, p. 95)<sup>22</sup>.

Ponce também contava com o apoio de outras lideranças militares, muito embora estas não estivessem investidas nos comandos das guarnições federais do Estado. Um irmão do caudilho, Pedro Antunes de Souza Ponce, era alferes do Exército. Mas também contou com a adesão de dois generais, um tenente-coronel e um major, todos reformados. Outros oficiais subalternos da guarnição cuiabana também contribuíram na repressão ao movimento subversivo.

Cuiabá foi cercada pelas forças sob o comando de Ponce e os revoltosos, quando não se renderam, foram mortos. Desse episódio sanguinolento, chama atenção apenas a resistência “exaltada” dos oficiais de baixa patente que resistiram às investidas *poncistas* até o último transe. Tratam-se do capitão Norberto Ildefonso Muniz e do tenente Gabriel Mamede de Araújo e Silva, que afinal se entregaram aos vencedores, sendo, no entanto, executados em condições misteriosas (PONCE FILHO, 1952, pp. 114-116)<sup>23</sup>. Os demais sediciosos retiraram-se do campo de luta, entregando-se como prisioneiros ao general Ewbank, para serem anistiados pouco tempo depois.

Nos anos que se seguiram a intensidade das intervenções militares na política mato-grossense diminuiu sensivelmente. Essa diminuição, no entanto, não nos permite concluir que a guarnição federal do Estado tenha deixado de desempenhar importante papel no instável equilíbrio político da região. De fato, nas sucessivas crises políticas que a abatiam,

---

<sup>21</sup> Nesta página há a transcrição de uma ata lavrada pelos defectores.

<sup>22</sup> Páginas à diante o autor afirma que o caudilho, seu pai, em duas semanas congregou força superior a 3.000 homens, que inclusive dispunham de artilharia (PONCE FILHO, 1952, p. 102).

<sup>23</sup> Idem, pp. 114-116.

com suas inevitáveis rupturas da ordem legal, os militares eram invariavelmente chamados a intervir, fosse por meio de recursos ordinariamente legais, em defesa da ordem estabelecida, ou mesmo ao arrepio constitucional, contra a ordem estabelecida.

Desentendimentos políticos entre os irmãos Murtinho e o grupo liderado por Generoso Ponce, havidos entre 1898 e 1899, colocaram em risco o arranjo político-oligárquico imposto ao Estado em 1892. O governador Antonio Cesário de Figueiredo, *poncista*, sentindo-se ameaçado pelas forças oposicionistas solicita intervenção do governo federal com o objetivo de dar condições para o pleno funcionamento da Assembleia Legislativa estadual, cuja presidência era exercida por Generoso Ponce. No entanto, o general comandante do 7º Distrito Militar, general João Pedro Xavier da Câmara, de acordo com ordens emanadas do próprio governo federal, age no sentido de beneficiar os opositores de Ponce. Obedecia ordens que atendiam aos interesses da família Murtinho, dada influência exercida por Joaquim, então ministro da Fazenda, junto ao presidente Campos Sales.

Em 1906 ocorreram desentendimentos políticos entre o governo do estado, comandado por Antônio Paes de Barros, e os irmãos Murtinho. Estes se aliam a Generoso Ponce (então exilado no Paraguai) iniciando em pouco tempo uma revolta armada contra aquele governo. O governo federal, chefiado pelo presidente Rodrigues Alves, tentou dar suporte ao presidente de Mato Grosso com o envio de uma expedição comandada pelo general E. Dantas Barreto. No entanto, quando este oficial chegou à Capital, encontrou a vitória dos revoltosos como um fato já consumado. Importa mencionar que a aproximação entre os antigos desafetos políticos foi promovida pelo coronel de engenheiros Inocência Serzedello Corrêa, mandado servir em Mato Grosso como castigo por sua participação dois anos antes.

Analisando esses dois episódios violentos Edgar Carone esclarece:

As ações armadas se fazem com a simpatia ou oposição do governo federal, mas, o que as caracteriza é a afirmação do *direito de rebeldia* e o reconhecimento dos rebeldes *como entidade jurídica autônoma*. Quando vitoriosos, os movimentos são logo reconhecidos como *atos concretos*, e o governo federal sanciona e reconhece o novo grupo no poder: quando o general Dantas Barreto chega a Cuiabá em 1906, Totó Paes tinha sido assassinado, e o novo governo é formado pela oposição vitoriosa; Rodrigues Alves nada pôde fazer, nem mesmo impor outro governo ou castigar os rebeldes. Além disso, quando, por razões várias, existe conveniência entre o governo federal e os rebeldes, as autoridades funcionam como meros espectadores ou cooperam indiretamente: em 1901, o General Câmara permanece indiferente ao cerco [de] Cuiabá e ao bombardeio da cidade; só quando as autoridades constituídas se entregam é que ele age, usando sua autoridade (CARONE, 1970, p. 255).

Anos depois, o braço armado do Governo Federal é novamente chamado a intervir. O presidente eleito em 1915 no Estado, general Caetano Manuel de Faria e

Albuquerque, rompeu com o partido que o havia apoiado. Esse episódio político ficou conhecido como *Caetanada* e deu início a mais um choque armado entre duas facções oligárquicas mato-grossenses. Este conflito só foi encerrado em 1917 após intervenção federal. O governo federal procurou estabelecer um *modus vivendi* entre as duas facções oligárquicas em disputa pelo poder no Estado. A partir de então essas elites políticas entraram em um acordo político a partir do qual foi estabelecido um governo de transição chefiado pelo bispo Dom Aquino.

Ainda continua sendo difícil auferir o prestígio político dessa categoria no Estado, mas seguramente era muito maior que nos chamados *grandes estados da federação*, como Minas Gerais e São Paulo, onde eram praticamente excluídos da vida política partidária. Aliás a presença de guarnições federais nesses dois estados era reduzidíssima em termos relativos e absolutos (CARVALHO, 2005, p. 32). Talvez, para efeito de comparação, estivesse próximo do prestígio que possuíam no Rio Grande do Sul, onde também se vinculavam diretamente às rivalidades políticas regionais por alianças ou laços familiares (CORRÊA, 2006, p. 86).

O que certamente diferenciava Mato Grosso desses três estados era a sua dependência financeira em relação ao governo federal (CORRÊA, 2006, p. 86). A condição de força política de terceira grandeza aliada à pouca expressividade econômica seguramente enfraqueciam a posição dos políticos mato-grossenses no cenário nacional, embora muitos políticos mato-grossenses tivessem alcançado, nessa época, grande projeção nacional, a exemplo de Joaquim Murinho e Antônio Azeredo.

Os constantes conflitos armados liderados pelos chefes locais nas chamadas *revoluções* acentuavam as dificuldades financeiras do governo. Pois o chamado *ciclo revolucionário*, inaugurado no Estado após o advento republicano, ensejou o desenvolvimento de uma dinâmica de alternância política, que invariavelmente passava por conflagrações armadas e normalmente se encerrava sob os auspícios do governo, que acabava cobrindo gastos com o pagamento de mercenários, requisições e depredações, mesmo dos grupos opositores (CORRÊA, 2006, p. 86). Para alguns, a participação nesses movimentos armados era um meio de vida<sup>24</sup>.

Outra diferença diz respeito ao papel complementar e secundário do Exército na manutenção da ordem interna dos estados de primeira grandeza política e econômica, pois suas forças públicas eram verdadeiros exércitos a serviço das oligarquias estaduais

---

<sup>24</sup> Como indicou Valmir Batista Corrêa em obra citada, o período republicano em Mato Grosso foi marcado por recorrentes explosões de violência que se vinculavam com disputas políticas e pela posse fundiária, sobretudo quando em comparação com o segundo reinado, relativamente pacífico.

(McCANN, 2006, p. 153). Essas forças rivalizavam, levando vantagem, com o próprio Exército. As forças policiais do Estado de Mato Grosso estavam longe de rivalizar com as do Exército, até porque eram em geral comandadas por oficiais daquela corporação.

Em contraste com as oligarquias nacionalmente projetadas, que viam com desconfiança o fortalecimento do Exército em seus respectivos estados, as lideranças oligárquicas mato-grossenses, cientes das carências estruturais do governo estadual, procuravam incentivar a instalação de organizações militares em seus municípios. O governo do Estado e alguns municípios cediam grandes áreas para o Exército com o objetivo de atrair a instalação das suas guarnições:

Comunica o Senhor General Chefe do Departamento da Guerra, em telegrama de 16, que o aviso n. 490, de 9 do corrente, declara haver o Presidente deste Estado doado 3.600 hectares terras devolutas contígua rocio de Campo Grande. Lugar denominado Piraputangas, para servirem de internada, linhas de tiro e mais serviços do Exército<sup>25</sup>.

Os militares do Exército, e, em menor escala, os da Marinha, gozavam de grande prestígio na sociedade mato-grossense. Aliás, há indícios de que membros de famílias socialmente projetadas acabavam abraçando a carreira das armas<sup>26</sup>. Destarte, tudo indica que a sociedade mato-grossense mantivesse uma relação bastante próxima com os destinos dos militares que serviam no seu Estado.

Em todo caso, é de se frisar que para as autoridades locais e estaduais de Mato Grosso, uma convivência no mínimo cordial com os chefes militares ali aquartelados era, mais que uma necessidade política, uma questão de sobrevivência. As subversões da ordem sempre contaram com a participação de oficiais do Exército. Em pelo menos uma ocasião a falta de apoio de considerável parcela da oficialidade foi fatal para um presidente de Estado: Antônio Paes de Barros que, em 1906, foi executado após ter sido apeado do poder por um movimento golpista que envolveu, além de muitos elementos da plutocracia local, todas as unidades militares federais acantonadas no Estado (BARRETO, 1907).

Os anos 1910 foram uma época de inflexão na política mato-grossense, pois afigura-se a partir de então um processo de declínio do poder dos coronéis guerreiros, ao mesmo tempo em que emergem novas forças políticas (CORRÊA, 2006, pp. 139-140). O Governo Federal dava seus primeiros passos rumo a uma tentativa de ação mais eficaz em

---

<sup>25</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 51, de 18 de dezembro de 1909.

<sup>26</sup> A esse respeito vale verificar compêndios como PÓVOAS (1977) e MACHADO. (1990, 1991, 1997 e 2000) além de PONCE FILHO (1952).

relação aos poderes locais através do aumento da sua presença efetiva nas regiões mais distantes dos centros de decisões do país, como era o caso de Mato Grosso<sup>27</sup>.

O estabelecimento do serviço militar obrigatório, por exemplo, decididamente constituiu um episódio da afirmação do poder público central na região, ao mesmo tempo em que implicou, no longo prazo, num esvaziamento da capacidade mobilizadora de forças por parte dos coronéis guerreiros. Assim, nas décadas de 1920 e 1930, ao mesmo tempo em que observamos uma gradual – embora não tenha sido total – pacificação dos coronéis guerreiros a radicalização dos extratos intermediários do Exército novamente envolveram o território mato-grossense em disputas sangrentas.

### *Considerações finais*

As intervenções políticas dos militares nos primeiros anos republicanos em Mato Grosso são, portanto, representadas pela historiografia memorialista essencialmente como atos arbitrários, anti-democráticos e até certo ponto tirânicos quando contrárias aos interesses das oligarquias. Por outro lado, plenamente justificáveis quando se tratava de defender as parcelas com as quais os memorialistas simpatizavam. É possível afirmar que a historiografia tradicional (ou memorialista) considerou esse fenômeno como meramente acessório.

Entretanto, até o momento, a historiografia profissional (ou revisionista) tende a interpretar as ações políticas dos militares simplesmente como fator anti-oligárquico. Como defini-las assim quando muitos dos oficiais pertenciam por adoção ou de fato à plutocracia local? Ao mesmo tempo, uma rápida observação das interpretações a respeito do fenômeno das intervenções militares no Brasil permite verificar que elas não se enquadram adequadamente aos fatos verificados na experiência política mato-grossense entre os anos finais do século XIX e os iniciais do XX.

Nesse sentido é que me proponho a realizar uma investigação a respeito do sistema político mato-grossense como um campo relacional, considerando a luta pelo poder como fator condicionante essencial da dinâmica política da região. Para além de um modelo interpretativo, resta saber o que foi incidental (casual) e o que dependeu de condicionamentos organizacionais no comportamento e na protagonização política dos militares, se é que se pode separar essas duas esferas.

---

<sup>27</sup> Não podemos esquecer que o traçado da ferrovia Noroeste do Brasil foi concluído em 1914, o que certamente contribuiu para permitir maior regularidade e consistência na presença do Governo Federal na porção sulina do Estado, sem mencionar a sua importância militar e estratégica. Por outro lado, registra-se que em fins dos anos 1910 e início dos anos 1920 o governo central deu início à construção e reparos de quartéis em várias localidades do Sul, como Corumbá, Ponta Porã, Bela Vista, Aquidauana e Campo Grande.



Outros questionamentos são importantes: até que ponto e a partir de que ponto a identidade militar foi um fator ponderável na atuação política dos oficiais do Exército durante a Primeira República? A partir de que ponto se pode verificar um amadurecimento da identidade militar em moldes profissionais tais como foram definidos pelo sociólogo Samuel Huntington? Poderíamos definir a atuação dos oficiais do Exército no sistema político mato-grossense nos anos iniciais da República como uma espécie de tenentismo? O que diferenciava a atuação da elite política civil em relação à elite militar?

Finalmente, é possível afirmar que as intervenções políticas dos militares tenham passado por uma alteração qualitativa entre 1889 e 1945. Isto já foi afirmado e comprovado por José Murilo de Carvalho e Edmundo Campos Coelho. Parece certo que as lideranças agiam inicialmente amparadas ou mesmo a reboque das lideranças oligárquicas e que, com o tempo, passaram a conduzir essas mesmas lideranças sob influxos das concepções institucionais às quais deviam lealdade. Porém, não parece ser o caso de uma pura e simples submissão aos ditames dos militares, mas de adaptação à nova realidade da hegemonia política dos militares a partir da década de 1930.

### **Referências**

BARRETO, Emygdio Dantas. *Expedição a Mato Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemert, 1907.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do Extrativismo à Pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870-1930)*. São Paulo : Scortecci, 2001.

CARONE, Edgar. *A Primeira República (1889-1930)*. São Paulo: Texto e Contexto, 1972.

CARONE, Edgar. *A República Velha (instituições e classes sociais)*. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1970.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COELHO, Edmundo Campos (org.) *Sociologia da Burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura : 1969.

DONATO, Hernâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo : Ibrasa, 1996.

HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado – Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

JANOWITZ, Morris. *O Soldado Profissional – Estudo Social e Político*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

MACHADO. Paulo Coelho. *A Grande Avenida*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 2000.

MACHADO. Paulo Coelho. *A Rua Alegre*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1997.

MACHADO. Paulo Coelho. *A Rua Barão*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991.

MACHADO. Paulo Coelho. *A Rua Principal*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991.

MACHADO. Paulo Coelho. *A Rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990.

McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENDONÇA, Estevão de. *Datas Mato-Grossenses*. Cuiabá : Instituto Histórico de Mato Grosso, 1919.

MENDONÇA, Rubens. *História do Poder Legislativo de Mato Grosso*. V. 1. Cuiabá : Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 1974.

PEIXOTO, Antonio Carlos. “Exército e Política – Uma Crítica dos Modelos de Interpretação” In. ROUQUIÉ, Alain (Coordenador). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo : Contexto, 2001.

PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: 1952.

PÓVOAS, Nilo. *Galeria dos Varões Ilustres de Mato Grosso*. Cuiabá: Fundação Cultural do Estado de Mato Grosso, 1977.

ROUQUIÉ, Alain (Coordenador). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

SCHULZ, John. “O Exército e o Império”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1971. t. 2, v. 4.

SCHULZ, John. *O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar (1850-1894)*. São Paulo: Edusp, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política – As Mudanças de Padrões na Vida Brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VAGTS, Alfred. *A History of Militarism*. New York: MacMillian, 1959.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A Conquista ds terra no universo da pobreza*. São Paulo : Hucitec, 1987.